Adalberto Cardoso

À beira do abismo

Uma sociologia política do bolsonarismo

Rio de Janeiro – Amazon
2020

SUMÁRIO

Resumo dos capítulos

O primeiro capítulo analisa os movimentos de junho de 2013, momento inicial do processo de "abertura societária" (Bringel e Players, 2015) que ampliou a conflitividade social e abriu os horizontes da luta política, revelando os limites do projeto liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), baseado na (mas não restrito à) promoção social dos mais pobres pelo consumo. Proponho que a vontade de agir dos que foram às ruas mesclou: (i) a crise dos transportes públicos nas grandes cidades brasileiras, um estopim de grandes proporções, com raízes históricas longínquas que teve como substrato a luta pelo "direito à cidade"; (ii) a frustração de expectativas de ascensão social das novas classes médias e populares, que foi fatal para o projeto que alguns nomearam de "lulismo" (Singer, 2009); (iii) os protestos contra a Copa das Confederações da FIFA e as demandas por serviços públicos "padrão FIFA"; (iv) a condenação da corrupção, que extravasou as denúncias contra os desmandos na construção dos estádios da Copa para contaminar os políticos e a política em geral; (v) e o próprio movimento nas ruas, que, insuflado pelas mídias sociais e pela grande imprensa empresarial, ganhou *momentum* até explodir na grande manifestação do dia 20 de junho, quando as pautas dos protestos se multiplicaram e se diversificaram, tornando-se mais claramente antigovernistas e antipolítica em geral.

Os movimentos de junho expuseram um mal-estar que não estivera nos radares das pesquisas de opinião, nas quais Dilma Rousseff exibia aprovação de 60% ou mais da população. E embora liderados por militância de esquerda na maior parte do tempo, trouxeram às ruas uma direita raivosa, que estivera escondida nos recantos mais obscuros da internet e que se tornaria hegemônica nos protestos dos anos seguintes. Sustento que as classes médias foram as principais protagonistas, em especial em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, liderando os movimentos do início ao fim e tornando hegemônicas suas pautas de classe (contra a corrupção, por mais segurança, por serviços públicos de qualidade…). Mas segmentos das classes populares se juntaram a elas quando o movimento cresceu e se espalhou pelo Brasil.

A mista configuração de classe das jornadas de junho e o variado perfil ideológico que sustentava as demandas abriram os horizontes de possibilidades da disputa política a que as jornadas deram passagem, tornando difícil prever que rumo o "magma" da revolta tomaria[1]. Não estava dado que as direitas se tornariam hegemônicas nas ruas, como ocorreu de 2014 em diante, processo que pavimentaria o caminho para Jair Bolsonaro.

O Capítulo II trata dessa "nova direita", que mostro não ter nada de nova, a não ser pelas tecnologias de informação que facilitaram a disseminação dos conteúdos clássicos das direitas brasileiras: o autoritarismo, o anti-igualitarismo, o fundamentalismo religioso, o nacionalismo, o racismo, a misoginia, a homofobia e muito mais. Mostro como as direitas vinham há anos se organizando nas redes sociais, por elas percebidas como ambientes seguros numa esfera pública percebida como estando dominada pelos temas da "esquerda", termo de sentido largo que incluía José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Guilherme Boulos, Marina Silva… E mostro também que a novidade das direitas virtuais foi sua desfaçatez, ou a decisão de "sair do armário", algo que as distingue das direitas dos anos 1980 e 90 por exemplo, sempre envergonhadas de assumir publicamente suas posições sobre temas como homossexualismo, imigração, racismo, aborto, democracia etc.

[1] O termo "magma dos protestos" é de Domingues (2013).

A exceção a esse padrão foi (e é) a direita evangélica, que já durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 se bateu pelos valores familiares e demais temas do conservadorismo nos costumes. Jair Bolsonaro tampouco foi um extremista de direita envergonhado, e embora se declare católico, ao longo de seus 27 anos de mandato se aproximou e se tornou aliado da "bancada evangélica" no Congresso, votando com ela suas pautas conservadoras na economia e, sobretudo, nos costumes. A emergência das direitas sem vergonha de dizer seu nome acabaria por servir de fermento às ambições do capitão reformado do Exército, e o apoio das igrejas evangélicas a sua candidatura foi certamente decisivo para sua eleição. Nelas, as classes médias e médias baixas têm presença não negligenciável.

O Capítulo III trata das eleições de 2014 e do golpe parlamentar contra Dilma Rousseff. Puxando o fio desde junho de 2013, reconstituo brevemente o processo eleitoral e a campanha presidencial de 2014, para mostrar que tanto o PSDB quanto o PT apostaram na polarização política que tomou as ruas na segunda metade de 2014, com nítido predomínio das direitas e seu antipetismo visceral, aprofundado pelas denúncias de corrupção oriundas da Operação Lava Jato, amplificadas pela imprensa empresarial, parceira inconteste da candidatura oposicionista do então senador Aécio Neves. A não aceitação da derrota por parte do senador e de seu partido; a reorientação da presidenta reeleita em direção a medidas de ajuste neoliberal, negadas durante a campanha; a eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB) para a presidência da Câmara e seu franco oposicionismo ao governo Dilma Rousseff; o acirramento da campanha antipetista na grande imprensa em razão da Lava Jato; e o início das manifestações pelo impeachment da presidenta já em março de 2015, que seguiram num crescendo, encontrando alguma contrapartida nas manifestações em defesa do mandato concedido nas urnas por coletivos anti-antipetistas[2]; tudo isso configurou um quadro de polarização *excludente*, no qual as posições políticas se foram conformando como *irredutíveis* umas às outras, por isso inegociáveis.

Sustento que esse resultado é incompreensível sem menção aos processos identitários das classes médias (medo da queda, medo da proletarização, anseio por mobilidade social, ideologia meritocrática), que terminaram por engolfar as demais classes em disputa. Esses processos identitários reduziram a luta política à guerra de extermínio entre "coxinhas" e "petralhas" e configuraram *o político* como campo não de negociação dos fins da ação pública, mas de conflito irreconciliável entre opositores que não reconheciam no adversário direito à existência. Tiveram papel central, aqui, as interações radicalizadas em bolhas de filtro nas redes sociais, a Operação Lava Jato e a imprensa empresarial. As classes médias ganharam centralidade na delimitação dos conteúdos da luta política, que, nesse sentido preciso, foi um processo típico de formação de classe referenciado no exercício do poder de Estado.

O Capítulo IV apresenta análise com pretensões teóricas mais gerais, sobre alguns determinantes estruturais do fenômeno bolsonarista. Começo com análise do papel do Poder Judiciário a partir do julgamento da Ação Penal 470 (vulgo "mensalão") em 2012-13, que fundou as bases de um ativismo judicial frontalmente contrário à Constituição de 1988, que fez do Judiciário a principal força política do país, com impactos perversos para as demais instituições democráticas, em especial o

---

[2] Essa nomenclatura foi sugerida por Ribeiro (2018) a propósito das mobilizações em torno do impeachment de Dilma Rousseff. O autor argumenta, corretamente, que o antipetismo não se confrontou com o petismo puro, mas com um polo composto por muitas forças políticas e sociais contrárias à interrupção violenta do mandato conferido nas urnas a Dilma Rousseff.

sistema partidário que sustentou o pacto constitucional, abrindo caminho para "outsiders". Analiso ainda o papel dos militares na conjuntura recente. O braço armado do Estado se associou ao Judiciário para emparedar as instituições democráticas, com ameaças de intervenção militar, pressão sobre o STF durante a votação do habeas corpus do ex-presidente Lula e adesão a Bolsonaro na reta final da campanha eleitoral. Mostro que pelo menos duas linhas de tensão contribuíram para o ativismo militar: a Comissão Nacional da Verdade, que passou a limpo o regime de 1964 e responsabilizou nominalmente os agentes de cometeram crimes contra os direitos humanos; e a própria Lava Jato, que expos a corrupção na Petrobras, empresa muita cara aos militares.

Depois discuto o conflito contemporâneo entre neoliberalismo e democracia, para mostrar que o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff colocou o Brasil em sintonia com o movimento mais geral de enfraquecimento das democracias capitalistas ocidentais pelo neoliberalismo financeiro. Discuto o conceito de pós-democracia (Crouch, 2000), mostrando seu alcance e limites (pois o eleitor, de meu ponto de vista, é capaz de discernir, ao menos, quem está "do meu lado" e quem está "do outro lado"), mas alerto que as mídias sociais e o novo marketing político por elas inaugurado podem estar configurando um quadro no qual os eleitores são efetivamente manipulados pelos grandes interesses econômicos, para votar em candidatos que "favoreçam os negócios".

Apresento em seguida o conceito reformulado de sociabilidade violenta (originalmente proposto por Luiz Antônio Machado da Silva), para dar inteligibilidade às relações sociais e políticas no Brasil, de um simples encontro com um desconhecido no cotidiano, passando pela violência no trânsito, pelas estonteantes taxas de homicídio *entre os cidadãos* do país, e pela violência simbólica nas redes sociais virtuais. Essa sociabilidade acolheu com júbilo o discurso bolsonarista de segurança pública como necropolítica: armamento da população, eliminação física "dos bandidos", destruição do meio ambiente, eliminação de etnias indígenas etc.

Assim, o triunfo do neoliberalismo mais radical, que se deu *contra* a democracia e suas típicas instituições de mediação de conflitos, encontrou entre nós um judiciário predisposto a "corrigir" as mazelas de nossa dinâmica política, isto é, os "desvios" do modo mesmo de operação das instituições democráticas consolidadas depois de 1988. O neoliberalismo triunfante encontrou no judiciário um aliado poderoso que, sem prestar contas a ninguém e se colocando acima da própria Constituição, contribuiu para debilitar e finalmente ferir de morte o pacto constitucional de 1988. Isso deu munição pesada aos que pregam, com o fervor dos dogmáticos, a necessidade de reduzir ao mínimo o Estado, visto como necessariamente corrupto quando intervém na economia. E a sociabilidade violenta forneceu o caldo de cultura para expectativas de curtíssimo prazo, arregimentáveis para discursos salvacionistas de lideranças autoritárias, para quem a democracia é um empecilho a ser removido "em nome do povo".

Em complemento a essa análise, o Capítulo V mobiliza uma série de reportagens de jornalismo investigativo de grande qualidade e profundidade, para mostrar que os algoritmos das plataformas virtuais (Google, Facebook, Twitter, YouTube, Instagram), ao gerar bolhas de filtro individuais, ensimesmam a sociabilidade virtual e estimulam a formação de identidades intolerantes com a diferença e a divergência de opiniões. Mais do que isso, os algoritmos e o modo como são administrados pelas plataformas *fomentam extremismos*de todo tipo, pois a atenção do internauta diante da tela é maximizada quando os conteúdos são "chamativos", ou extremados. O *modelo de negócios* das plataformas se baseia na oferta de conteúdo extremado. Como as direitas são muito mais ativas nas mídias sociais, é sobretudo a extrema-direita que se fortalece e se reproduz alimentada pelos

algoritmos, o que terminou por favorecer Jair Bolsonaro, que se mostrou (junto com seus filhos) um mestre na mobilização desses recursos em seu favor e das causas de extrema-direita que defendeu durante a campanha eleitoral.

O capítulo traz ainda a análise dos principais determinantes conjunturais da eleição do ex-capitão do Exército à Presidência da República, em particular o violento ano de 2018. Inicio pela análise de pesquisa do Datafolha de novembro de 2017, na qual Jair Bolsonaro já aparece com 27% de intenções de voto (quando somamos os que disseram pretender votar nele nos nove cenários testados na pesquisa). As pautas da segurança pública eram o principal eixo galvanizador do apoio ao capitão reformado do Exército, e a pesquisa mostrou que seus apoiadores estavam muito mais presentes nas redes sociais e usavam muito mais a internet para se informar e disseminar informação do que os eleitores dos demais candidatos.

O ano de 2018 foi marcado por medidas e fatos extremos, como a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro em razão do aumento sem precedentes da violência letal (das polícias Militar e Civil e entre os cidadãos) que, contudo, não evitou o assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes por conhecidos milicianos. Estes, no passado e até muito recentemente, tiveram relações próximas à família do então deputado Jair Bolsonaro, o que pode estar por trás do fato de que, ao completar dois anos enquanto escrevo (março de 2020), o crime continue sem solução.

Fatos igualmente graves, a caravana do pré-candidato Lula foi alvo de tiros, pedradas e foguetes em seu périplo pela Região Sul do país, indicando que, se Lula conseguisse se candidatar, a campanha eleitoral poderia ser bastante violenta. Houve ainda a longa greve dos caminhoneiros, apoiada por Bolsonaro, louvado pelas lideranças do movimento como "mito". O grande apoio popular à greve, apesar do alto preço pago por todos com a escassez generalizada que provocou, deixou claro que parcelas expressivas da população se identificaram com os grevistas no seu repúdio ao governo Temer e à política em geral. Bolsonaro capitalizou boa parte dessa insatisfação popular.

A prisão de Lula retirou da campanha o favorito nas pesquisas, e o atentado contra Bolsonaro, que quase lhe custou a vida, livrou-o dos debates televisivos e dos ataques dos adversários. Pregador da eliminação das esquerdas, dos "comunistas", dos que eram "contra o Brasil", defensor, enfim, da necropolítica, Bolsonaro foi objeto da compaixão de seus competidores. Mas isso não impediu que um movimento de mulheres, espontâneo, massivo e de grande potência transformadora, sob a bandeira do #EleNão, ganhasse as ruas e assustasse as hostes bolsonaristas com a perspectiva de perda do voto feminino, essencial a qualquer candidato no país.

A adesão explícita e generalizada das lideranças evangélicas ao candidato extremista, porém, fidelizou parte substancial dos votos dos seguidores, inclusive as mulheres. A campanha eleitoral propriamente dita, no caso de Bolsonaro centrada nas mídias sociais e suas bolhas de filtro, nas quais notícias falsas deram o tom da mobilização bolsonarista, foi de grande eficiência na neutralização do #EleNão, centrando-se sobretudo no antipetismo e a cadeia de equivalências que constituiu seu significado desde o "mensalão": corrupção, bolivarianismo, comunismo, depravação moral e antipatriotismo.

Esse breve sumário visa a deixar claro que não há explicações simples para o fenômeno em tela de juízo. O bolsonarismo que emergirá desta análise mostra-se multidimensional, profundamente arraigado em nossa sociabilidade violenta e no conservadorismo cristão e militar, aos quais se somaram as direitas liberais e ultraliberais, encontrando nas crises econômica e política que fecharam os governos liderados pelo PT o caldo de cultura para vicejar.

O Brasil passou por grandes transformações sociais, econômicas e políticas nas últimas décadas, sob a égide da Constituição de 1988. Em larga medida, os governos liderados pelo PT podem ser lidos como a instanciação do projeto constitucional, com sua tentativa de consolidar o estado de bem-estar implícito naquele projeto, o que um importante intérprete denominou "reformismo fraco" (Singer, 2012). A crise social e política iniciada em 2013 resultou do colapso dessa tentativa, que buscou a inclusão social dos mais pobres pelo mercado, gerando,quando falhou, enorme frustração das expectativas infladas que ajudou a criar. Isso inflamou as ruas, que, em associação com o Judiciário e sua sanha anticorrupção, e com uma esfera pública dominada por empresas de mídia francamente contrárias ao governo e críticas ferozes dos outros dois poderes (Executivo e Legislativo), minaram as bases do sistema político como um todo. A eleição de Bolsonaro foi também um alerta aos protagonistas do pacto constitucional de 1988, derrotado nas urnas de 2018, de que ele já não parece capaz de conferir coesão e (ainda que tensa e violenta) estabilidade social.

Não sabemos se o novo pacto hoje sendo consolidado no país, que estou denominando bolsonarismo, assentado no neoliberalismo radical, no fundamentalismo religioso, na intolerância com a divergência, no autoritarismo político e social, numa agenda anticivilizatória contra os direitos humanos, ambientais, sociais, civis e políticos, e num nacionalismo de má fé, pois subserviente aos Estados Unidos e aos interesses financeiros internacionais, tem condições de prosperar e deitar raízes em nossa sociabilidade violenta. Sabemos apenas que, onde medrou, essa agenda extremista pariu regimes autoritários, sendo Filipinas, Turquia e Hungria alguns casos salientes. Esse destino está no DNA do bolsonarismo. Cabe à cidadania ativa impedir que trilhemos essa rota.

Conclusão

Há vasta e crescente literatura sobre a emergência de "populistas" de direita no mundo. Ao longo deste livro evitei o termo, que em sua longa história ganhou muitos e contraditórios significados, o que obriga cada analista a informar o leitor a respeito de qual populismo se está falando. Prefiro utilizar o termo que, a meu juízo, qualifica de forma mais apropriada líderes tão díspares como o norte-americano Donald Trump, o húngaro Viktor Orban, o turco Recep Tayyp Erdogan, o italiano Matteo Salvini, o filipino Rodrigo Duterte, a francesa Marine Le Penn e também Jair Messias Bolsonaro: são todos autoritários de extrema-direita, inclinados a utilizar os instrumentos da democracia (como o governo da maioria, os plebiscitos e as eleições) contra ela mesma, para solapar direitos sociais, humanos, civis e políticos das maiorias subalternas. E em várias partes do mundo o fenômeno tem características semelhantes:

> Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as fake news que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito (Da Empoli, 2019, locais do Kindle 168-171).

O autoritarismo de extrema-direita, além disso, se alimenta dos fantasmas e inimigos que ele mesmo cria, a partir de leitura paranoica da sociabilidade e das relações econômicas e políticas. São mundiais ideias como "marxismo cultural", que dominaria os meios intelectuais, culturais e jornalísticos dos países, propagando "ideologia de gênero" ofensiva à família e às crianças; como "globalismo", um suposto projeto de elites globais para construir a paz por meio da liquidação dos estados nacionais e, no caso de algumas denominações evangélicas, Israel, berço do cristianismo e local mítico do retorno de Cristo. São frequentes a negação do aquecimento global, do holocausto, do evolucionismo, assim como o ataque às ciências humanas e sociais, muitas vezes associado a extremado anticientificismo de cunho religioso. É global, também, o ataque à imprensa e a coação de jornalistas, assim como o contato direto com os eleitores e apoiadores por meio das mídias sociais, desprezando os partidos políticos e o sistema político de um modo geral. Não por acaso, Bolsonaro chegou a cogitar lançar-se candidato de forma avulsa, sem um partido político, o que é ilegal no país. Impossibilitado disso, pôs-se em campo para criar o próprio partido, a Aliança Pelo Brasil.

Procurei mostrar aqui que o autoritarismo de direita brasileiro se alimentou também do antipetismo, uma construção longamente urdida pelos demais competidores no sistema político, como mostraram Samuels e Zucco Jr. (2018), com o concurso decisivo dos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, do sistema de justiça do país, das redes sociais e das parcelas conservadoras das classes médias. As administrações petistas, com suas políticas de promoção de minorias, dos direitos humanos, sociais e do trabalho, com a campanha do desarmamento, as Comissões da Verdade que passaram a limpo os crimes da ditadura militar-civil, a política externa voltada para os países do Sul Global e os BRICS, e também com a corrupção desvendada pela Operação Lava Jato e as dramáticas consequências para Lula e o PT, forneceram a Bolsonaro uma agenda completa de temas a combater, supostamente em nome da proteção da família, da segurança pública, da desregulamentação da economia, da valorização dos militares, do nacionalismo, do anticomunismo e da ética na política. Não

surpreende que, em março de 2019, num jantar com lideranças conservadoras em Washington, Bolsonaro tenha afirmado que o Brasil "não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer"[3]. Seus alvos a desconstruir são os produtos da instanciação e validação da ordem constitucional de 1988.

A polarização política identificada aqui tampouco é fenômeno brasileiro, mas global. Sugeri que ela é estimulada e ampliada pelo modo de operação dos algoritmos de plataformas como Google, Facebook, Twitter, YouTube, Amazon e outros. Essas plataformas não configuram uma esfera pública de qualquer tipo. Ao contrário, elas impedem a real interação entre identidades e subjetividades divergentes, porque seu modelo de negócios é baseado na construção de bolhas de filtro individualizadas, que otimizam a atenção dos usuários, maximizando a eficácia dos anúncios e da venda de produtos. Na era do "capitalismo de vigilância" (Zuboff, 2019), a sociabilidade nas redes sociais está confinada aos "iguais". As plataformas digitais são, por isso mesmo, poderosos instrumentos de construção e afirmação de identidades sociais e políticas, porém de forma especular. Como disse um antigo desenvolvedor do algoritmo do YouTube, vídeos que desagradem ou contradigam os gostos e desejos do usuário simplesmente não serão sugeridos, pois são nocivos ao tempo de atenção na rede. E os algoritmos de todas as plataformas, em busca de atenção, exageram na oferta de conteúdos que tendem aos extremos, em qualquer assunto, mas isso é obviamente mais nocivo nos relacionados com a política. A interação nas plataformas, pois, é de molde a confirmar, reforçar e amplificar as preferências já constituídas de cada um, mas têm contribuído para construir mentalidades de extrema-direita. As plataformas e seus algoritmos são mecanismos de construção de intolerância com a divergência.

Ficou famoso, a esse propósito, o perfil de inteligência artificial Tay criado pela Microsoft em 2016, para interagir nas redes sociais e aprender e se aperfeiçoar com humanos. Em 24 horas o perfil se tornara racista, homofóbico, negacionista do holocausto etc. Interagindo com os algoritmos do Twitter, a inteligência artificial se tornara de extrema-direita, e foi descontinuada pela empresa[4].

Mas a polarização foi alimentada por conteúdos bem reais. É verdade que não há simetria entre, de um lado, a paranoia das direitas sobre o comunismo e a cadeia de equivalências que o orbita, e de outro a crítica das esquerdas ao capitalismo, como se os dois campos fossem vítimas da mesma síndrome psicótica. Não havia bolivarianismo nos governos do PT, mas havia e há neoliberalismo e necropolítica (Mbembe, 2018) nos governos e projetos da extrema-direita. Não é crível que Jair Bolsonaro tenha "brincado" de autoritário e militarista apenas para animar seus apoiadores e ganhar a eleição, portanto usado suas convicções unicamente como estratégia eleitoral para, no poder, agir como queira. Ele é mesmo autoritário e militarista. Mas o PT não "brincou" de ser bolivariano ou comunista. O partido simplesmente não é coisa nem outra. Frases e gestos de petistas e governistas foram desencaixados de seus contextos para construir a paranoia anticomunista nas redes sociais, um pouco como frases e gestos da direita bolsonarista, descontextualizados, alimentaram a sanha polarizadora de parte da esquerda anti-antipetista. E esse nó ainda está por ser desatado, é bom que se

[3] Ver https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml (acessado em janeiro de 2020). Estavam presentes, dentre outros, Olavo de Carvalho e Steve Bannon.

[4] Ver https://veja.abril.com.br/tecnologia/exposto-a-internet-robo-da-microsoft-vira-racista-em-1-dia/ (acessado em janeiro de 2020).

diga. Mas a assimetria é inegável. O bolivarianismo ou o comunismo do PT é uma invenção da extrema-direita, enquanto o autoritarismo, o conservadorismo nos costumes, a necropolítica e o anticomunismo desta última são seu elemento identitário real.

O que parece inegável é que, independentemente dos algoritmos das redes sociais, a polarização que resultou na eleição de Jair Messias Bolsonaro foi alimentada pelos muitos lados da disputa política, a partir da estereotipação e simplificação das posições e visões de mundo dos coletivos em disputa, em grande medida alimentadas pelas classes médias, como tentei mostrar aqui. Essa é uma novidade nas democracias de massa, em que as elites políticas dependem do voto popular, e por isso miravam suas estratégias eleitorais no "eleitor mediano", ou o centro do espectro político. As novas tecnologias diluíram e enfraqueceram as instituições que de um modo ou de outro domavam os instintos antidemocráticos e destrutivos dos antagonismos extremados, que sempre existiram, mas que há muito vinham jogando o jogo institucional, mesmo não acreditando nele, como foi e é o caso de muitos partidos revolucionários. Partidos, parlamentos, constituições, sindicatos, movimentos sociais, nada parece capaz de fazer frente à realidade da polarização ensimesmada e opaca estimulada pelo mundo virtual. Nesse ambiente, as elites políticas se veem estimuladas a mirar um dos lados da polarização, na esperança de galvanizar a lealdade do centro político, hoje cada vez mais esvaziado, ou uma parcela dos eleitores indecisos, suficiente para constituir maiorias vencedoras[5]. Basta acompanhar as curvas de intenção de voto na eleição de 2018. À medida que Haddad crescia nas pesquisas, os eleitores de Geraldo Alckmin e outros candidatos de centro ou centro-direita, antipetistas, foram migrando para Jair Bolsonaro (que manteve seu discurso de extrema-direita nas redes), e por pouco a eleição não foi decidida já no primeiro turno.

O fato de as classes médias terem sido o principal agente da construção do político como campo de antagonismos inegociáveis e irredutíveis uns aos outros, trazendo consigo as demais classes sociais, nos deve alertar para seu papel nas democracias contemporâneas. Na luta pela manutenção de seus signos de distinção, ou apenas de suas posições recém-adquiridas, têm mostrado pouco apreço pela democracia política ou social, aqui e em outros países do mundo. A ética burguesa do trabalho, meritocrática, se tem mostrado perfeitamente compatível com a intolerância e o autoritarismo de direita, sobretudo em ambientes de escassez, crise econômica e luta pela preservação das identidades construídas à pena. Como a ética meritocrática é muitas vezes privada de uma ética da solidariedade (que boa parte das confissões evangélicas, por exemplo, restringe *aos seus*), a intolerância se revela como *síndrome* de múltiplas dimensões, que torna opaco e inacessível *o outro* não igual, que por isso mesmo é transformado no mal a se combater e mesmo a se destruir. E isso é exponencialmente exacerbado nas redes sociais.

O quadro que construí aqui está longe de esgotar os determinantes da eleição de 2018. Mas ele denota um país que se foi dividindo, se polarizando e se radicalizando, resultado de dinâmicas societárias profundas e de estratégias eleitorais que espelharam e estimularam as divisões. O problema é que a sociabilidade violenta continuará a alimentar a indignação e a revolta contra a insegurança nas

[5] Isso ocorreu na eleição de Donald Trump, com a Cambridge Analytica concentrando seus esforços nos eleitores por eles considerados como influenciáveis nos *swing states*, isto é, os estados da Federação que votam nos republicanos ou nos democratas, dependendo da eleição. E conseguiu garantir maioria a Trump nesses estados, o que decidiu o pleito. No Brexit um dos alvos foram os conservadores que normalmente não votavam, e a campanha os estimulou a ir às urnas. Ver Kaiser (2019) e Zuboff (2019). Kaiser sustenta que houve ainda campanha com eleitores de Hillary Clinton para que não fossem votar, o que é crime nos Estados Unidos.

cidades, grandes ou pequenas. A precariedade das condições de vida e a vulnerabilidade social das massas, que tendem a se aprofundar com a radicalização em curso do neoliberalismo e da redução da presença do Estado no ordenamento das trajetórias sociais das maiorias, continuarão a alimentar expectativas de horizontes muito estreitos, arregimentáveis para soluções de curto prazo, como o justiçamento policial, o armamento dos cidadãos, o fechamento do Congresso ou o silenciamento do STF. O "medo da queda" ou de retorno à condição vulnerável anterior torna muito conservadores estratos relevantes das classes médias, que revelaram grande capacidade de mobilização e arregimentação das outras camadas da sociedade, para fazer valer nas ruas seu elitismo, seu anti-igualitarismo e seu rechaço à promoção social dos mais pobres, ou simplesmente expressar seu descontentamento com a perda real ou percebida de status. E as redes sociais continuarão a ordenar a sociabilidade em câmaras de eco e bolhas de filtro, parteiras de intolerância com a diferença e a divergência ideológica, mãe de todos os autoritarismos[6].

O terreno, pois, é fértil para o bolsonarismo, que é nosso presente —e, se não lutarmos diuturnamente contra as mazelas de nossa sociabilidade, reconstruindo o político como campo de negociação democrática dos fins da ação pública, mesmo reconhecendo a irredutibilidade de determinados projetos políticos em disputa, na chave de Mouffe (2013)— pode ser nosso futuro. E por muito tempo.

[6] Felizmente pessoas relevantes com voz na esfera pública estão se insurgindo contra o poder das plataformas promotoras de radical polarização social e política. O já mencionado documentário do Netflix sobre o escândalo da Cambridge Analytica e os livros de Zuboff (2019) e Kaiser (2019) são bons exemplos. Mas o tema é cada vez mais constante em jornais como *The Guardian*, *The New York Times*, *El País*, *Le Monde*, *Libération*, o *Pagina 12* argentino e muitos outros.